

A FORMAÇÃO DISCURSIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL NA PERSPECTIVA DE PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, MG

Cinthia Mazzone Moreira¹
Vicente Paulo dos Santos Pinto²

RESUMO

Nas últimas décadas o ambiente tem sido motivo de preocupação mundial mobilizando diversos atores sociais a reflexão e ação sobre a temática. É neste âmbito que surge a Educação Ambiental, que se apresenta como um importante instrumento para o desenvolvimento de uma consciência coletiva que se faz urgente em um contexto de agravamento dos problemas e conflitos ambientais na atualidade. No entanto a recente constituição deste campo educativo e a multiplicidade inerente a ele implicam em um esforço contínuo de compreender as diferentes perspectivas e atitudes de homens, mulheres, crianças, educadores, educandos, governo e sociedade civil a esse respeito. Nesse sentido, o presente estudo tem como principal propósito explorar as concepções de ambiente, Educação Ambiental e problemas ambientais locais de professores e alunos que convivem em uma escola localizada na zona norte da cidade de Juiz de Fora, MG em uma região que convive frequentemente a mais de vinte anos com problemas socioambientais relacionados a inundações. Para realizar as discussões desta investigação, nos baseamos na articulação dos referenciais teóricos e metodológicos da análise do discurso em linha francesa (AD) e da corrente Crítica, Popular ou Emancipatória da Educação Ambiental. A partir desta premissa pretendemos estabelecer um olhar atento às contradições, as incompreensões, os silêncios, as limitações e, sobretudo, as identificações e as leituras de cada grupo que se expressam no discurso e se relacionam com as condições de produção desses grupos. A interpretação dos dados dessa pesquisa dentro do contexto em que os mesmos são produzidos é à base desta investigação que ao final se propõe a oferecer algumas reflexões sobre a formação discursiva da EA na escola.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Inundações. Problemas Socioambientais.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do Grupo de Educação Ambiental da Faculdade de Educação da UFJF, bolsista Capes.

² Doutor em Geografia, professor do Departamento de Geociência, do Programa de Pós Graduação em Educação e Geografia da UFJF.

INTRODUÇÃO

O surgimento da questão ambiental como um problema que afeta o destino da humanidade tem mobilizado governos e sociedade civil. Nesse sentido, as últimas décadas têm sido marcadas por uma crise única e decisiva que se apresenta de modo estrutural e que demonstra cada vez mais e com maior nitidez que as contradições no interior da sociedade humana representam o aspecto mais candente da crise ambiental.

Tal situação se apresenta de modo global e local, pois ao mesmo tempo em que nos deparamos com aspectos como a redução da camada de ozônio, o efeito estufa, a desertificação do solo, a diminuição da biodiversidade, o desperdício da água, e a poluição; também nos defrontamos com problemas de caráter específicos de cada comunidade ou grupo social que possuem peculiaridades ligadas à situação particular de seus ambientes e à percepção qualitativa desses problemas.

Nesse sentido o presente estudo aborda as relações entre Educação Ambiental Formal e Problemas Socioambientais Locais em uma escola localizada na zona norte da cidade, onde, em períodos de chuva as águas do Rio Paraíba chegam a transbordar pelas ruas do local causando vários transtornos a população. Deste modo, com o intuito de entender quais sentidos se fazem presentes nesta instituição educativa a respeito do ambiente em que estão inseridos, investigamos a compreensão que professores e alunos (em sua maioria moradores) tem acerca dos problemas ambientais que afetam o bairro, ou seja, uma escola pública, localizada em um bairro ou comunidade onde a maioria de seus estudantes são moradores dessa região considera a realidade socioambiental de seus alunos como algo relevante? Aborda esse tema no currículo ou na forma de projetos, por exemplo? Se sim, de que forma? Se não, quais limites para que não o fazes?

Na argumentação sobre EA, nos apoiamos metodologicamente na Análise do Discurso em Linha Francesa e nos aspectos do referencial teórico da Educação Ambiental Crítica, que identificamos como fundamental para sustentar uma prática capaz de criar vínculos entre o processo educativo formal e a realidade. E procuramos cumprir este papel considerando alguns preceitos fundamentais dessa teoria educativa: diálogo, cooperação, integração, pertencimento, participação, interdisciplinaridade, ética, responsabilidade, diversidade, autonomia e emancipação.

Para finalizar ressaltam-se duas contribuições deste trabalho. A primeira no sentido de preencher uma lacuna nesta área de estudo, pois não foram encontradas produções específicas desta natureza segundo revisão feita dos trabalhos publicados, nos últimos cinco anos, nos principais eventos da área (ANPED-GT22, ANPPAS, EPEA), demonstrando assim a necessidade de se ampliar o debate do tema. A segunda, porque, apesar de ser um trabalho realizado em uma escola, em um bairro de uma cidade de porte médio, estamos aqui problematizando situações de vida real comumente recorrente em várias regiões de todo o

mundo onde existem, cada vez mais, comunidades vulneráveis convivendo com problemas, conflitos, impactos, riscos, poluição ambiental... Nesses locais, a educação ambiental formal pode vir a assumir o importante papel de formação crítica do sujeito, de mediação através do diálogo e também como fonte de noção de direito garantido a sociedade a um ambiente saudável e seguro a todos independente de cor, etnia ou classe social. Desse modo essa pesquisa pode e deve funcionar como um espelho para essas outras realidades, inspirando novos estudos em outras áreas, que sofrem em maior ou menor proporção, os efeitos da crise ambiental.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Para explicitar o referencial teórico em que este trabalho se insere assumimos a perspectiva de que a Educação Ambiental produz diferentes sentidos em diferentes setores da sociedade. Para dar conta dessa especificidade utilizamos a base teórica formulada por Layrargues e Lima, 2011 que define três categorias identificadas como macro-tendências político pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil: conservacionista, pragmática e crítica. Essa definição será utilizada para fins didáticos, analíticos e políticos sem qualquer pretensão de esboçar uma representação objetiva, linear e enrijecida da realidade considerada complexa o bastante para ser definida em tais termos.

2.1 OS DISCURSOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Compreender os discursos produzidos nas principais vertentes que convivem e disputam a hegemonia do campo da Educação Ambiental pressupõe, ao menos, dois objetivos iniciais. O esforço analítico de classificar, discriminar e interpretar fenômenos ou processos que são diferentes entre si, concorrendo para uma desconstrução de sentidos já alicerçados, os quais sedimentam o dizer coletivo, dando a falsa impressão de uma totalidade homogênea; e o esforço político de identificar às motivações, os interesses e os valores que inspiraram sua constituição diversa, no caso as tendências político pedagógicas da Educação Ambiental.

É importante ressaltar que existe um debate intenso, mesmo que ainda implícito, que tende a polarizar duas interpretações diferentes a respeito da explicitação das vertentes pedagógicas e políticas da Educação Ambiental: de um lado, argumenta-se sobre o risco de uma simplificação classificatória e da discórdia produzida entre os atores sociais do próprio campo e de outro lado situam-se aqueles que julgam que os benefícios da análise superam esse risco ao oportunizar um amadurecimento teórico e epistemológico para o campo e o resgate de propostas pedagógicas que pareciam estar adormecidas, dessa forma julgo importante mencionar que o potencial analítico referido justifica-se por sua contribuição para o aprofundamento da auto-reflexividade do campo da Educação Ambiental e também esclarecer que as tendências à conservação ou a transformação social que serão discutidas expressam, na verdade, uma variedade de posições ao longo de um eixo imaginário polarizado pelas vertentes, onde a aposta

que vale a pena fazer, neste caso, é a problematização das diferenças de modo a contribuir para o aumento da legibilidade e conseqüentemente, formulação de práticas de Educação Ambiental mais conseqüentes com suas premissas, melhorando as condições do encontro, intercâmbio e do debate neste campo educacional (LAYRARGUES E LIMA, 2011).

Assim, pretendemos explicitar o referencial teórico em que esta análise se insere, apresentando a Educação Ambiental Crítica como uma das principais tendências que definem a atual diferenciação do campo da Educação Ambiental no Brasil e refletindo sobre os diferentes discursos presentes em torno das proposições que fundamentam as propostas de Educação Ambiental.

Para cumprir esse papel assumimos preliminarmente uma aproximação e dialogo com o referencial que será o suporte teórico-metodológico desta pesquisa: A Análise do Discurso de Linha Francesa, definida inicialmente como o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado e que mais tarde incorpora outras dimensões ao seu estudo como: o quadro das instituições em que o discurso é produzido; os embates históricos, sociais e políticos, que se cristalizam no discurso; e também o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo, marcando assim sua especificidade em relação aos estudos da linguagem. (BRANDÃO, 1998).

O discurso por essa linha de pensamento é entendido como o espaço onde emergem as significações e a tríade básica que irá guiar as formulações teóricas da análise do discurso é composta pelas relações entre a formação discursiva, as condições de produção do discurso e a formação ideológica.

Discorrendo sobre as condições de produção do discurso Pêcheux demonstra esquematicamente a vantagem de se colocar em cena os protagonistas do discurso e o seu “referente”. O autor alega que essa estratégia permite compreender as condições históricas da produção de um discurso e também identificar nesses protagonistas as representações de lugares determinados na estrutura de uma formação social. Assim, no interior de uma instituição escolar, por exemplo, há “o lugar” dos alunos, dos professores, do diretor, dos funcionários, cada um marcado por características diferentes. (BRANDÃO, 1998).

A partir disto começamos nossa análise percebendo que as diferentes concepções de Educação Ambiental possuem em si marcas relacionadas ao “lugar” e aos protagonistas que são revelados dentro de cada vertente. Assim identificamos que o movimento fundador da Educação Ambiental pertence predominantemente a cientistas naturais tocados pela percepção de uma natureza em crise, dos limites ecológicos e da fragilidade dos ecossistemas frente a uma grande intensificação produtiva e tecnológica que impunha uma rápida e crescente degradação do ambiente natural. Outro fator relevante demonstrado por diversos autores (CARVALHO, 2008; LIMA, 2011; LOUREIRO, 2012) foi que a institucionalização da Educação Ambiental ocorreu prioritariamente por meio do sistema ambiental, e não do educacional. A aproximação teórica e prática com o campo educativo e os frutos dessa relação só vieram a se revelar mais tarde. Esse

conjunto de circunstâncias deve ter reforçado uma leitura “ecológica” dos problemas ambientais representados aqui pela corrente conservacionista.

A Educação Ambiental Conservacionista é entendida enfaticamente em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas de sensibilização, com a secundarização ou baixa compreensão de que a relação do eu com o mundo se dá por múltiplas mediações sociais. Este pensamento vem acompanhado da responsabilização individual, fruto da lógica do “cada um fazer a sua parte” como contribuição pessoal ao enfrentamento da crise ambiental. Esta interpretação diagnostica o problema socioambiental como um problema de comportamentos individuais, e vê sua solução através da mudança de comportamento dos indivíduos em sua relação com o ambiente (LOUREIRO, 2004).

Outra importante característica da corrente conservacionista é a sobrevalorização do ambiente natural em relação ao social. Esse aspecto resume à práxis educativa ao ensinamento de conteúdos biológicos confundindo Educação Ambiental com ensino de Ecologia e transpondo esses conteúdos para as relações humanas.

De outro modo pode-se compartilhar que um dos bons encontros, promotores de potencia de ação, é o encontro da EA com o pensamento crítico dentro do campo educativo. A educação crítica tem suas raízes fundadas nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico constitutivos da educação popular que rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos, convocando a educação a assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos. Paulo Freire, uma das referências nacionais do pensamento crítico na educação brasileira insiste, em toda sua obra, na defesa da educação como formação de sujeitos sociais emancipados, isto é, autores de sua própria história. As metodologias participativas e dialógicas, por exemplo, buscam religar o conhecimento do mundo à vida dos educandos para torna-los leitores críticos do seu mundo.

Dessa forma percebemos que a Educação Ambiental Crítica se constrói em uma releitura de alguns aspectos da proposta conservacionista na medida em que aceita e reitera a importância, mesmo que limitada, da sensibilização, do valor individual, do ambiente enquanto sistema natural regido por leis ecológicas que garantem a sobrevivência dos ecossistemas, mas também se contrapõe em muitos outros significados.

Nesse sentido existe uma importante relação evidenciada entre a Educação Ambiental Crítica e a Conservacionista. A primeira anuncia objetivamente os silêncios produzidos pela segunda, silêncios esses entendidos por Orlandi (1995) não como o vazio, o nada, sem história, mas como silêncio significante. Desse modo se todo discurso se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa, a Vertente Crítica sempre irá recorrer a vertente conservadora para explicitar a inclusão do debate político e social em sua concepção.

Logo, entendemos que o cerne da Educação Ambiental Crítica é a problematização da realidade, de nossos valores, atitudes e comportamentos em práticas dialógicas. Ou seja, aqui

conscientizar só tem relevância se for ao sentido posto por Freire (2011) de “conscientização”: de processo de mútua aprendizagem pelo diálogo, reflexão e ação no mundo. Ninguém conscientiza ninguém. O educador que assume sua responsabilidade diretiva em relação ao educandos define estratégias de ação que permita a transformação.

Em contraposição a esses ideais democráticos aparece o que chamamos de Educação Ambiental Pragmática inaugurada por Layrargues e Lima (2011) e entendida por ambos como expressão do ambientalismo de resultados, do ecologismo de mercado e do pragmatismo contemporâneo que se estabelece a partir da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 80 e no contexto brasileiro dos anos 90 desde o governo Collor de Mello.

Neste contexto os autores afirmam que:

a vertente pragmática tem suas raízes no estilo de produção e consumo advindos do pós-guerra, e poderia apresentar uma leitura crítica da realidade, caso aproveitasse o potencial crítico da articulação das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas na reflexão sobre o padrão do lixo gerado no atual modelo desenvolvimentista. Porém, sua trajetória apontou ideologicamente para um viés pragmático, simplesmente para servir como um mecanismo de compensação para corrigir a “imperfeição” do sistema produtivo baseado no consumismo, na obsolescência planejada e nos descartáveis. Isso porque esse sistema proporciona um significativo aumento na geração do lixo, que necessariamente deve ser reciclado para manter sua viabilidade. Dessa forma, essa vertente que responde à “pauta marrom” por ser essencialmente urbano-industrial, acaba convergindo com a noção do Consumo Sustentável, que também se relaciona com a economia de energia ou de água, o mercado de carbono, as eco tecnologias legitimadas por algum rótulo verde, a diminuição da “pegada ecológica” e todas as expressões do conservadorismo dinâmico que operam mudanças superficiais, tecnológicas, demográficas e comportamentais (LAYRARGUES E LIMA, 2011).

Esta vertente parece se utilizar da função de deformação que a ideologia pode vir a assumir segundo a análise de Ricouer (1977) onde, nesta concepção, influenciada pela tradição marxista, o fenômeno ideológico serve como o mecanismo que apaga e escamoteia a realidade social e obscurece as contradições que lhe são inerentes. Consequentemente preconiza um discurso ideológico que modela estratégias que servem para legitimar o poder de uma classe ou grupo social.

Esse discurso marcadamente institucionalizado por setores reformistas admite frequentemente que uma das causas da destruição ambiental é a escassez e a finitude dos recursos naturais. Para demonstrar essa relação vários estudos vêm sendo realizados. O relatório “Planeta Vivo”, produzido pelo WWF em 2008, revela que 20% da população mundial consomem entre 70% a 80% dos recursos no mundo. Esses 20% comem 45% de toda a carne e

de todo o peixe, consomem 68% de eletricidade, 84% de todo o papel e possuem 87% de todos os automóveis. A partir destes resultados o relatório uma das conclusões presentes no relatório é: “caso o modelo atual de consumo e degradação não seja superado é possível que os recursos naturais entrem em colapso a partir de 2030, quando a demanda pelos recursos ecológicos será o dobro do que a Terra pode oferecer” (PINTO & ZACARIAS, 2010).

Não se coloca em questão a legitimidade e relevância do estudo mencionado, pois este demonstra com clareza as iniquidades presentes no acesso ao consumo pelo conjunto da humanidade. No entanto, o estudo deixa de lado o que pode representar o cerne da discussão que são os fins pelos quais esses recursos estão sendo utilizados, ou seja, “são eles usados para produzir o quê? para quem? na satisfação de quais interesses? para produzir tanques ou arados? para servir à especulação fundiária ou para produzir alimentos? para assegurar uma vida digna às maiorias?” (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 28 apud PINTO E ZACARIAS, 2010).

Outra expressão que revela a compreensão dada a Educação Ambiental pela vertente pragmática aparece em análises que dão excessiva atenção aos efeitos aparentes do problema ambiental sem questionar suas verdadeiras causas. Um bom exemplo dessa situação é o modo frequente de expor demasiadamente o caso de espécies em extinção sem questionar os modelos de ocupação e exploração dos recursos naturais, verdadeiros responsáveis pela destruição de ecossistemas inteiros, em geral, para satisfazer interesses econômicos e políticos de grupos, completamente alheios à degradação que produzem. Assim, promover a reprodução de espécies em cativeiro, em ilhas de conservação representa, na verdade, paliativos superficiais que não tocam as principais raízes do problema (LIMA, 1999).

Outro exemplo que caracteriza a inversão dos sentidos de causa e consequência aparece em estudos e práticas que demonstram uma enorme tendência em ressaltar os problemas relacionados ao consumo - destino do lixo, reciclagem, poupar energia - em detrimento dos problemas ligados à esfera da produção, ponto de origem de todo processo industrial onde se decide o que, quanto e como produzir (LIMA, 1999).

Nesses discursos produz-se intencionalmente um recorte da realidade e por um mecanismo de manipulação transforma-se as formas de articulação do espaço desta realidade. Assim a ideologia escamoteia o modo de ser do mundo que veiculado por esses discursos representa o recorte que uma determinada instituição ou grupo social dominante, num dado sistema, por exemplo, o capitalista, faz da realidade, ainda que enviesada, uma visão de mundo. Esse aspecto pressupõe uma estratégia do discurso que em consonância com as condições de produção antecipa as representações do imaginário do outro (BRANDÃO, 1998).

Verifica-se, também, como particularidade da Educação Ambiental Pragmática a questão dos automatismos produzidos por frases de efeito como: “O homem degrada a natureza”, “A humanidade vem sofrendo impactos ambientais”. Ferreira (2003) em seu estudo

sobre o funcionamento discursivo do clichê demonstra que tais enunciados envolvem mecanismos de sustentação do *status quo* à medida que reiteram o saber comum. Assim o julgamento do “homem”, enquanto espécie genérica, como vítima e ator da crescente degradação ambiental planetária concorre para reforçar a ideia de que os impactos são igualitários, referentes a um ambiente uno e em direção a um futuro comum de toda sociedade excluindo a possibilidade e a pertinência analítica de conflitos ambientais. Entretanto, esse raciocínio simplista desconsidera a realidade social concreta, onde o ambiente abriga sujeitos diferenciados, significados culturais diversos e formas de apropriação material e simbólica distintas, logo uma desigualdade ambiental se sobrepõe a uma desigualdade social e por consequência os conflitos se multiplicam (ACSERALD, 2009).

3 – DESENVOLVIMENTO: A PESQUISA EM FOCO CAMINHOS PERCORRIDOS E PRÓXIMOS PASSOS.

Diante do caminho percorrido e de todo percurso que ainda está por vir, aposto em uma perspectiva de pesquisa pautada nos referenciais metodológicos apoiados nos princípios qualitativos afim de atingir os principais objetivos em questão:

- Requerer dados a partir de metodologias adequadas para uma amostra de alunos que frequentam o segundo ciclo do Ensino Fundamental e de professores que lecionam nesta mesma faixa etária sobre as diferentes perspectivas dos mesmos em relação ao ambiente, apreciando a diversidade dos significados e objetos nele contemplados de forma a delimitar as fronteiras do conceito;
- Identificar as preocupações ambientais dos sujeitos da investigação que aparecem espontaneamente;
- Observar se o problema socioambiental das inundações será referido no processo;
- Conhecer as concepções ou os modelos mentais dos diferentes atores sociais que convivem na instituição educativa sobre o problema das inundações;
- Caracterizar e analisar as diferentes perspectivas de educadores e educandos em relação aos problemas ambientais locais;
- Desvendar as fontes de informação que alimentam suas perspectivas sobre o ambiente, assim como a confiança que lhes é atribuída;
- Avaliar as expectativas em relação à resolução ou ao enfrentamento do problema local.
- Analisar e confrontar os diferentes discursos presentes na escola, sobre o referido problema ambiental observando as diferentes formações discursivas neles representadas.

Dentre todas as formas que a pesquisa qualitativa pode assumir, *a priori* optamos pelo estudo de caso, por parecer mais adequado a este trabalho. Segundo Yin (2001), os

estudos de caso representam a melhor estratégia quando se colocam questões do tipo “como” ou “por que”.

Basicamente existem três fases para o desenvolvimento de um estudo de caso: uma primeira aberta ou exploratória, uma segunda mais sistemática em termos de coleta de dados e uma terceira, com a análise e interpretação dos dados coletados, seguidas da elaboração de um relatório (LUDKE & ANDRÉ, 1986).

A partir dessa compreensão o primeiro momento que se encontra em curso nesta investigação tem consistido na constante revisão das bases teóricas que servem de suporte a pesquisa, ao estudo técnico e social do problema, ao reconhecimento da proposta pedagógica da instituição e também uma aproximação prática com o cotidiano escolar por meio da observação e registros escritos via diário de campo, com objetivo de não só estabelecer o contato preliminar, mas também realizar um levantamento de informações gerais sobre o campo.

Em seguida serão desenvolvidas entrevistas semi estruturadas com professores dos anos finais do ensino fundamental. Para esta tarefa optamos por uma amostragem de dois professores para cada área de atuação: Ciências Humanas, Exatas e Biológicas ou da Saúde, sendo que prioritariamente serão convidados a participar da pesquisa professores efetivos, por estarem normalmente mais comprometidos e vinculados ao perfil da escola. A escolha por dois representantes de cada área justifica-se pela necessidade de não se cair no erro frequente de entrevistar somente professores ligados às ciências da natureza como geografia e ciências por exemplo. Acreditamos que, muito provavelmente, se não instituíssemos este critério e apresentasse de forma geral o tema da pesquisa aos educadores optando por uma manifestação espontânea dos mesmos, a chance de que o interesse partisse prioritariamente de professores de ciências ou de geografia seria enorme, portanto de antemão estabelecemos esta regra para não correr o risco de uniformizar ou parcializar os resultados.

Na seqüência os professores participantes terão a liberdade de escolher, cada um, uma turma de alunos que irá fazer parte da pesquisa. Aqui o único critério estabelecido é que sejam alunos também do segundo ciclo do Ensino Fundamental.

Para os alunos, a coleta de dados será feita por meio de uma atividade proposta na qual os mesmos terão de elaborar mapas mentais relacionados a perguntas pré-estabelecidas sobre o objeto de investigação. Utilizar a metodologia de mapas mentais, neste caso, facilita algumas definições e interpretações, permitindo aos alunos

projetarem para seu desenho conceitos sobre o que pensam sobre determinado assunto ou situação.

Por fim assumo a Análise do Discurso em Linha Francesa como suporte para a análise dos dados produzidos, compreendendo que os procedimentos da AD começam com o contato do analista com os dados, para se desfazer o entendimento de que aquilo que foi dito daquela maneira só poderia ser dito assim, ou seja, para desnaturalizar a relação palavra-coisa. O analista utiliza a paráfrase e a metáfora como conceitos que permitem o exercício com a materialidade significativa, considera a posição de onde os sentidos se produzem, tentando compreender as formações discursivas que configuram o funcionamento discursivo em questão (ORLANDI, 2012).

Assim, acredita-se que os procedimentos característicos da AD representam uma possibilidade de desvelar as intenções gerais propostas por esta pesquisa em termos metodológicos.

CONCLUSÃO

Os estudos realizados até o presente momento desta investigação apontam para uma Formação Discursiva distanciada entre alunos e professores.

Apesar do Projeto Político Pedagógico escolar, assumir a proposta de um estreitamento das relações entre escola e comunidade a realidade demonstra que a EA, que ainda é hegemônica, se insere numa proposta pedagógica conservadora, apresentando tendências, embutidas na participação das populações, em ações pontuais descontextualizadas.

No caso das crianças um material muito rico parece despertar. Em suas manifestações espontâneas nesse primeiro momento podemos antecipar uma Formação Discursiva da Diversidade, mais comprometida com a realidade e menos enrijecida por um currículo ou método.

Referências

ACSERALD, H.; MELLO, C.C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, M. C. L. A Antiética da Vantagem e do Jeitinho na Terra em que Deus é Brasileiro: O funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade. In:

ORLANDI, E. P. (org.). **Discurso Fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 3ed, 2003.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 13ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F.C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. **VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”**, Ribeirão Preto, 09/ 2011.

LIMA, G. F. C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, ano II, nº 5, 135-153, 1999.

LIMA, G. F. C. **Educação Ambiental no Brasil**: Formação, Identidades e Desafios. Campinas, SP: Papirus, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar, transformar em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, n. 0, 140 p. 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: No Movimento dos Sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: Princípios e Procedimentos. 10ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2012.

PINTO, V. P. S.; ZACARIAS, R. Crise Ambiental: Adaptar ou Transformar? As diferentes concepções de Educação Ambiental diante deste dilema. **Educação em Foco**. vol 14, n. 2, 242 p. 2010.

RICOEUR, P. **Interpretação e Ideologias** (Tradução H. Japiassu). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.